aproximadamente 42 (quarenta e dois) serventes, incidindo, portanto, nas cláusulas IV, alínea A do Contrato, bem como aos itens nº 5.1 e 5.2 do Anexo A e nº 4.2.3, do Anexo I, ambos do Edital, além do descumprimento da Instrução Normativa nº 002/2008, do MPOG, Anexo III-F. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 1.063.511,18 (um milhão, sessenta e três mil quinhentos onze reais e dezoito centavos) a Contratante;

- o descrito no Relatório da Auditoria nº 43/2019, referente ao Contrato nº 25/2014, noticiando divergência na utilização do índice de produtividade para estabelecer o custo da gratificação dos encarregados, onde foi utilizada a proporção de 01 (um) encarregado para 40 (quarenta) serventes, neste caso o percentual mínimo da gratificação corresponde a 30% do salário base do servente, contudo o estabelecido em contrato determinava 01 (um) encarregado para 30 (trinta) serventes, cujo percentual mínimo para gratificação do encarregado é 25% do salário base do servente incidindo, portanto, nas cláusulas IV, alínea A do Contrato, bem como o item nº 4.2.3, do Anexo I do Edital. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 1.350.057,86 (um milhão, trezentos e cinquenta mil cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos) a Contratante;

- o descrito no Relatório da Auditoria nº 43/2019, referente ao Contrato nº 25/2014, noticiando que a contratada incluiu os custos de materiais de limpeza na composição do preço dos custos do encarregado, em desacordo com o Caderno de Logística do MPOG 92014 que impede esta prática, pois o custo já foi inserido na formação de preço do servente, incidindo, portanto, nas cláusulas IV, alínea A do Contrato. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 320.544,00 (trezentos e vinte mil quinhentos e quarenta e quatro reais) ao ano para a Contratante;

- o descrito no Relatório da Auditoria nº 43/2019, referente ao Contrato nº 25/2014, noticiando que a Contratada utilizou um percentual de custos indiretos acima dos referenciais nacionais. Enquanto o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), com base à metodologia adotada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), em estudos desenvolvidos nos anos de 2014/15, adotou o percentual de custos indiretos de 3%. Esse é o percentual adotado por diversos órgãos inclusive o TCE/RJ. Ainda assim a CNS utilizou o percentual de 9% com gastos indiretos. É forçoso constatar que em Contrato com a Secretaria de Estado de Fazenda do RJ, a Contratada, teria utilizado o percentual de 5% para custos indiretos. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 606.605,70 (seiscentos e seis mil seiscentos e cinco reais e setenta centavos) ao ano a Contratante;

- o descrito no Relatório da Auditoria nº 43/2019, referente ao Contrato nº 25/2014, noticiando divergência na planilha de formação do custo do benefício vale-transporte, e os valores efetivamente recebidos pelos funcionários vinculados ao Contrato nº 025/2014. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 240.633,13 (duzentos e quarenta mil seiscentos e trinta e três reais e treze centavos) ao ano a Contratante;

- o descrito no Relatório da Auditoria nº 43/2019, referente ao Contrato nº 25/2014, noticiando que nas seguintes unidades: APM D. João VI e CFAF 31 Vol. a quantidade de serventes efetivamente trabalhando correspondiam 22 (vinte e dois) e 34 (trinta e quatro) enquanto que a previsão contratual era de 28 (vinte e oito) e 38 (trinta e oito) serventes, respectivamente, infringindo, portanto, o previsto no item 5 e subitens do 1.15 e 1.18, todos do Anexo I, Termo de Referência referente Pregão Eletrônico nº 102/2013, Contrato nº 25/2014. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 552.240,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta reais) ao ano a Contratante;

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002; art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979; art. 35, Parágrafo Único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito a ampla defesa e ao contraditório, para apurar ocorrência prima facie de inexecução de Contrato Administrativo, perpetradas pela Empresa CNS - Nacional de Serviços Ltda., situada na Rua Lino Teixeira, nº 91, Jacaré - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.970-001 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05.

Art. 2º - Designa a Major PM RG 63.420, Id. Func. 24096814 ERIKA FABIANA DE ALCANTARA M. DE CARVALHO, da DLP, conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções correlatas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, conforme a modalidade, escolhida pela contratada, nos moldes dos incisos I, II e III do art. 56 da Lei nº 8.666.

Art. 6º - Com fulcro nos art. 34 e 48, VIII da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a Contratante, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do Processo Administrativo nº E-35/079/14/2020 se encontram disponíveis para as vistas e cópias, na Diretoria Geral de Apoio Logístico, situada no endereço da Rua Evaristo da Veiga nº 78, térreo, Centro do Rio de Janeiro, CEP 20031-040, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2333-2690.

Art. 7º - Autua-se a Portaria, juntamente com os autos do Processo nº E-35/079/14/2020, desta Diretoria Geral de Apoio Logístico.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020

ALEXANDRE ASSUMPTÃO SALVADOR
Ordenador de Despesas

Id: 2250904

PORTARIA Nº 08 DE 07 DE MAIO DE 2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979 e o art. 35, Parágrafo Único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, e

CONSIDERANDO o descrito nos autos do Processo nº E-35/079/16/2020, noticiando que nas unidades, 8º BPM, 28º BPM, 36º BPM, 41º BPM, gêneros alimentícios não foram entregues conforme o cronológico previsto para o mês de novembro do ano de 2019, ademais a Contratada não comunicou previamente a Administração Pública sobre os contratempos ocorridos nas entregas dos gêneros alimentícios, incidindo, portanto, nas cláusulas IV, VII e XIII, do Contrato nº 74/2019, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 087/2018, que dispõem, respectivamente, sobre as obrigações da Contratada em entregar bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato; o contrato deverá ser executado nos termos do instrumento convocatório, do cronograma da exe-

cução do contrato e da legislação vigente; e, sobre as sanções administrativas e demais penalidades as quais a Contratada esta sujeita. Fato este que tem ensejado em inúmeros embaraços a rotina administrativa e operacional, como mudanças repentinas de cardápio, desabastecimento de proteínas nas unidades que receberiam coxa, sobrecoxa e peito de frango e a necessidade de remanejamento de itens entre as unidades;

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002; art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979; art. 35, Parágrafo Único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito à ampla defesa e ao contraditório, para apurar ocorrência prima facie de inexecução de Contrato Administrativo, perpetradas pela Empresa REFORÇO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTD, situada na Rua Álvaro do Cabo, nº 35, Bairro Higienópolis - Rio de Janeiro - RJ, CEP 21061-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.318.817/0001-09.

Art. 2º - Designa a 1º Tenente PM RG 80.633, Id. Func. 41835697, CATERINE GENTILE DA SILVA SILVESTRE, da DT, conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções correlatas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, conforme a modalidade, escolhida pela contratada, nos moldes dos incisos I, II e III do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º - Com fulcro nos art. 34 e 48, VIII da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a Contratante, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do Processo Administrativo nº E-35/079/16/2020 se encontram disponíveis para as vistas e cópias, na Diretoria Geral de Apoio Logístico, situada no endereço da Rua Evaristo da Veiga, nº 78, térreo, Centro do Rio de Janeiro, CEP 20031-040, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2333-2690.

Art. 7º - Autua-se a Portaria, juntamente com os autos do Processo nº E-35/079/16/2020, desta Diretoria Geral de Apoio Logístico.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020

ALEXANDRE ASSUMPTÃO SALVADOR
Ordenador de Despesas

Id: 2250905

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 26.04.2020

***PROCESSO Nº E-35/091/100/2020 - AUTORIZO** a despesa, em favor da Empresa MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A, no valor de R\$ 301.258,35 (trezentos e um mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), para pagamento referente contratação de empresa reforma nas enfermarias do 5º andar e posto de enfermagem do HCPM, objeto do Contrato nº 059/2020.
*Omitido no D.O. de 27/04/2020.

Id: 2250987

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 05/05/2020
PAGINA 11 - 2ª COLUNA.

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 30.04.2020

PROCESSO Nº E-35/091/73/2019
Onde se lê: PROCESSO Nº E-35/091/73/2019 ...
Leia-se: PROCESSO Nº E-35/091/73/2020 ...

Id: 2250976

UA	SETORES
12505044000	Gabinete do Secretário Coordenação de Manutenção e Frota
1250544010	Divisão de Transporte
12505044020	Divisão de Combustível
12505044030	Divisão de Oficinas
12505044040	Divisão de Viaturas para Pronto Atendimento

Id: 2250688

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 07.05.2020

EXONERA LEONARDO SALLES DA COSTA, Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, ID Funcional nº 5012806-0, com validade a contar de 01 de janeiro de 2020, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-5, da Seção I de Turma de Inspetor, do Serviço de Segurança e Disciplina, da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gerincinó, da Superintendência Operacional, da Subsecretaria de Gestão Operacional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. (Subordinação alterada através do Decreto nº 46.832, de 18/11/2019). Processo nº SEI-210057/000045/2020.

EXONERA LUIS CLAUDIO RODRIGUES DA CUNHA, Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, ID Funcional nº 1990673-0, com validade a contar de 01 de janeiro de 2020, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-5, da Seção II de Turma de Inspetor, do Serviço de Segurança e Disciplina, da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gerincinó, da Superintendência Operacional, da Subsecretaria de Gestão Operacional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. (Subordinação alterada através do Decreto nº 46.832, de 18/11/2019). Processo nº SEI-210057/000045/2020.

EXONERA EDILSON MARQUES BARRETO, Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, ID Funcional nº 50298160, com validade a contar de 01 de janeiro de 2020, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-5, da Seção III de Turma de Inspetor, do Serviço de Segurança e Disciplina, da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gerincinó, da Superintendência Operacional, da Subsecretaria de Gestão Operacional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. (Subordinação alterada através do Decreto nº 46.832, de 18/11/2019). Processo nº SEI-210057/000045/2020.

FUNDO ESPECIAL DA POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DE 06/05/2020

PROCESSO Nº E-35/091/144/2020 - AUTORIZO a despesa, referente à aquisição de filtro de barreira tipo HEPA, macacão impermeável hospitalar e termômetro infravermelho - COVID - 19 (Dispensa de Licitação nº 014/2020 - FUSPOM), em favor da Empresa: Grand Medical Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda ME, CNPJ nº 24.737.754/0001-97, no valor de R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais).

PROCESSO Nº E-35/091/144/2020 - AUTORIZO a despesa, referente à aquisição de filtro de barreira tipo HEPA, macacão impermeável hospitalar e termômetro infravermelho - COVID - 19 (Dispensa de Licitação nº 014/2020 - FUSPOM), em favor da Empresa: Grand Medical Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda ME, CNPJ nº 24.737.754/0001-97, no valor de R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais).

Id: 2250980

Secretaria de Estado de Polícia Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 04/05/2020

PROC. Nº SEI-36/179/00001/2019 - RAFAEL ANDRÉ DA MOTTA PALMARES, ID 571.299-8- período-base: 21/11/2009 a 14/02/2015 (acrescido de 88 dias de LTS); 15/02/2015 a 12/02/2020 - 06 meses. **CONCEDO** a Licença Prêmio.

Id: 2250847

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 05/05/2020

PROC. Nº SEI-36/139/000072/2020 - CARLOS ALBERTO GRANJA, ID 2.922.628-7- período base de 16/04/1997 a 13/04/2002; 14/04/2002 a 11/04/2007; 15/07/2008 a 12/07/2013; 13/07/2013 a 09/08/2018 (acrescido de 30 dias de LTS) - 12 meses. **CONCEDO** a Licença Prêmio.

Id: 2250843

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 07/05/2020

PROC. Nº E-36/295/017/2019 - LAURINDO DE ILIVEIRA LIMA, ID Funcional nº 3.233.984-4 - períodos base de 30/08/1995 a 27/08/2000; 28/08/2000 a 26/08/2005; 27/08/2005 a 25/08/2010 e 26/08/2010 a 24/04/2015, 12 meses. **CONCEDO** a Licença Prêmio.

Id: 2250824

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 07/05/2020

PROC. Nº SEI-360066/000029/2020 - CONCEDO a LEANDRA DA SILVA BOTTI, Oficial de Cartório Policial, I.D. 5.079.475-2, o período de 23/04/2020 a 19/10/2020 da Licença Gestante .

PROC. Nº SEI-360304/000015/2020 - CONCEDO a VANESSA MARTINS, Delegada de Polícia, I.D. 5.023.153-7, o 3º período de 30/04/2020 a 29/05/2020 da Licença Aleitamento.

PROC. Nº SEI-360104/000059/2020 - CONCEDO a LAURO COELHO FERREIRA NETO, Delegado de Polícia, I.D. 5.023.142-1, o afastamento por período de 30 dias da Licença Paternidade, a partir do nascimento da filha, 18/03/2020.

Id: 2250890

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

ATO DO SECRETÁRIO DE 06.05.2020

DESIGNA ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS, ID. 50276565, como Agente de Pessoal das Unidades Administrativas, abaixo mencionadas, contando atualmente com 68 (sessenta e oito) servidores, com validade a contar de 04/05/2020, na vaga decorrente da dispensa de **IVALDO DO NASCIMENTO MARTINS**, ID 4382676-8. Proc. nº SEI-210100/000052/2020.

EXONERA MARCIO RIBEIRO GANDARELA, Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, ID Funcional nº 4265535-8, com validade a contar de 01 de janeiro de 2020, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-5, da Seção IV de Turma de Inspetor, do Serviço de Segurança e Disciplina, da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gerincinó, da Superintendência Operacional, da Subsecretaria de Gestão Operacional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. (Subordinação alterada através do Decreto nº 46.832, de 18/11/2019). Processo nº SEI-210057/000045/2020.

NOMEIA LUIS CLAUDIO RODRIGUES DA CUNHA, Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, ID Funcional nº 1990673-0, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2020, o cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-5, da Seção I de Turma de Inspetor, do Serviço de Segurança e Disciplina, da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gerincinó, da Superintendência Operacional, da Subsecretaria de Gestão Operacional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, sem aumento de despesas, em substituição de Leonardo Salles da Costa, ID Funcional nº 5012806-0. (Subordinação alterada através do Decreto nº 46.832, de 18/11/2019). Processo nº SEI-210057/000045/2020.

NOMEIA EDILSON MARQUES BARRETO, Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária, ID Funcional nº 5029816-0, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2020, o cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-5, da Seção II de Turma de Inspetor, do Serviço de Segurança e Disciplina, da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gerincinó, da Superintendência Operacional, da Subsecretaria de Gestão Operacional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, sem aumento de despesas, em substituição de Luis Cláudio Rodrigues da Cunha, ID Funcional nº 1990673-0. (Subordinação alterada através do Decreto nº 46.832, de 18/11/2019). Processo nº SEI-210057/000045/2020.